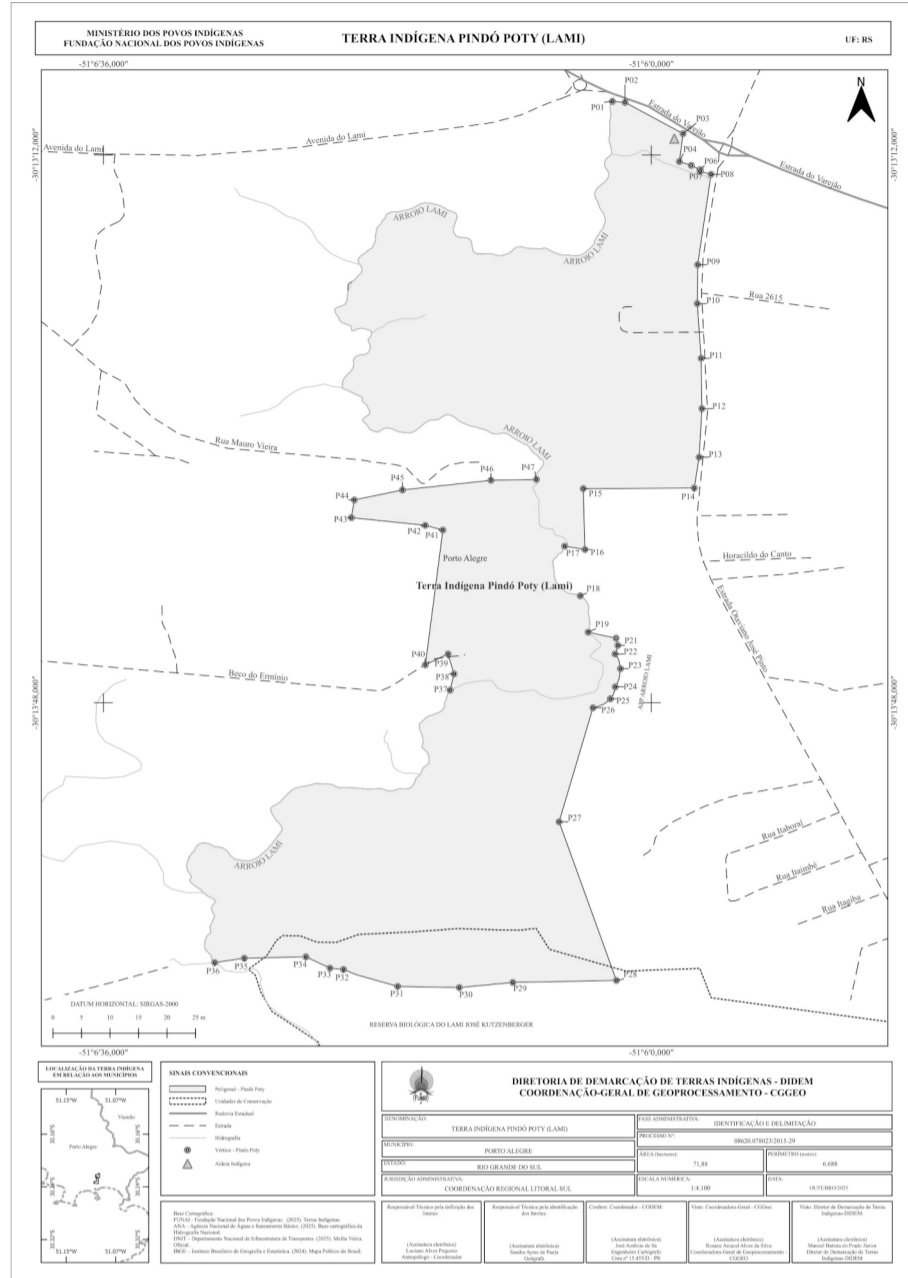


51°06'19.707"WGr; P-44 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'34.667"S e 51°06'19.512"WGr; P-45 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'34.012"S e 51°06'16.351"WGr; P-46 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'33.374"S e 51°06'10.536"WGr, até o P-47 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'33.320"S e 51°06'07.551"WGr, localizado na margem esquerda do Arroio Lami; deste, segue a montante pelo Arroio Lami, até o Ponto P-01, início da descrição deste perímetro. As coordenadas geográficas indicadas na descrição do perímetro estão referenciadas sobre a base cartográfica da Prefeitura Municipal de Porto Alegre PMPOA, produzida a partir de cobertura fotogramétrica com precisão de 12,5 cm e perfilamento laser realizados no ano de 2010, e encontram-se representadas no sistema GMS, tendo como sistema de referência SIRGAS 2000.



DESPACHO DECISÓRIO Nº 156/2025/PRES-FUNAI

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo nº 08620.063667/2014-31 e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (9367789) de autoria do antropólogo Marcos de Almeida Matos, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

APROVAR as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Riozinho do Iaco (AC), de ocupação tradicional dos povos indígena Manxineru e Jaminawa, com superfície aproximada de 199.284 ha (cento e noventa e nove mil duzentos e oitenta e quatro hectares) e perímetro aproximado de 303.362 m aproximadamente (trezentos e três mil e trezentos e sessenta e dois metros) localizada no Município de Sena Madureira, no Estado do Acre.

JOENIA WAPICHANA

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RIOZINHO DO IACO

Referência: Processo FUNAI n.º 08620.063667/2014-31. Denominação: Terra Indígena Riozinho do Iaco. Superfície aproximada: 199.284 ha (cento e noventa e nove mil duzentos e oitenta e quatro hectares). Perímetro aproximado: 303.362 m (trezentos e três mil e trezentos e sessenta e dois metros). Localização: Município de Sena Madureira, Estado do Acre. Povo indígena: Manxineru e Jaminawa. População atual: 255 indígenas (2023). Grupo Técnico constituído pela Portaria n.º 651, de 19 de abril de 2023, coordenado pelo antropólogo Marcos de Almeida Matos.

I DADOS GERAIS

Os Manxineru (falantes de uma língua Arawak) e os Jaminawa (falantes de uma língua Pano) ocupam tradicionalmente a Terra Indígena Riozinho do Iaco, tendo suas histórias entrelaçadas. Apesar do largo histórico de convivência, os Manxineru e os Jaminawa formam complexos culturais distintos, com línguas, costumes e modos de vida que guardam diferenças significativas. Vivem na terra indígena cerca de 255 pessoas, segundo o censo realizado pelo Grupo Técnico em agosto de 2023. Há fortes evidências arqueológicas de que tanto os povos falantes de línguas Arawak (como os Manxineru) quanto os povos falantes de línguas Pano (como os Jaminawa) possuem uma longa história de interação com o macro-território no Sudoeste da Amazônia, em especial nas bacias do alto Purus e Acre, desde pelo menos 2850-2150 anos atrás. A reconstituição histórica, propriamente dita, da ocupação dos povos Manxineru e Jaminawa na região do alto rio Iaco é marcada por uma continuidade permanente e tradicional desses grupos no território, mesmo diante de deslocamentos forçados, violências colonizatórias e pressões extrativistas. Desde antes do século XIX, os Manxineru habitam as margens do rio Iaco e seus igarapés afluentes, estabelecendo roçados, constituindo famílias extensas e mantendo práticas culturais próprias. Os Jaminawa, a partir da década de 1940, também se fixaram na área em decorrência das frentes de colonização, reforçando vínculos de convivência e uso comum do espaço. Conhecidos nos registros históricos também pelos nomes Manchineri, Maniteneri, Maneteneri e Catiana, os Manxineru já figuravam em relatos de viajantes e cronistas do século XIX, descritos como canoeiros, comerciantes e produtores de tunicas de algodão, com redes de circulação que se estendiam do rio Ucayali, no Peru, até os rios Madre de Dios e Purus, alcançando o rio Iaco. A expedição de Chandless em

1866, por exemplo, já os situa navegando em grandes canoas no médio Purus. Os Manxineru historicamente constituíam uma rede de subgrupos locais interligados por parentesco, comércio e festividades, cuja territorialidade abrangia amplas áreas dos rios Purus, Iaco e afluentes. Com a invasão e colonização da região, impulsionada pela economia extrativista em busca da borracha e caucho, a partir do final do século XIX, a vida e a mobilidade Manxineru foram radicalmente restringidas, período marcado pela exploração seringalista que se estendeu até quase a metade do Séc. XX. Massacres foram realizados, a exemplo do ocorrido no Seringal Guanabara, fundado por Avelino de Medeiros Chaves, onde os Manxineru eram inicialmente perseguidos em "correrias" pelos caucheiros e seringueiros. João Alberto Masô, em 1910, denunciou um massacre de pessoas do povo Catiana em 1901, onde dezenas de corpos ficaram espalhados nas margens do Iaco. Os sobreviventes foram incorporados ao sistema seringalista, trabalhando para patrões como Avelino Chaves e, posteriormente, Alfredo Vieira Lima (entre 1938 e 1957). A vida de exploração e servidão levou a mobilidade Manxineru a restringir-se às colocações de seringa, o que inviabilizava as formas tradicionais de vida. As antigas malocas foram destruídas, e as famílias indígenas foram forçadas a viver separadas, em colocações ou unidades de habitação impostas pelo seringal, de acordo com as necessidades do trabalho extrativista. Apesar da violência, os Manxineru mantiveram sua presença constante na microrregião do Iaco, havendo inúmeras referências históricas de sua moradia. A antiga estrutura social foi profundamente afetada pela invasão seringalista e pela colonização, mas manteve uma continuidade na memória e na prática social. Em 1976, funcionários da Funai encontraram várias famílias Manxineru e Jaminawa trabalhando nos seringais. Quando o Posto Indígena Mamoadate (TI Mamoadate) foi fundado em 1978, muitas famílias se recusaram a se mudar para a localidade escolhida, permanecendo próximos aos seus locais de nascimento, como o Seringal Guanabara e suas colocações. A persistência dessas famílias em permanecer e reagrupar-se em aldeias demonstra o marcado apego ao seu território de ocupação tradicional, buscando garantir a reprodução física e cultural das novas gerações no local. Quanto aos Jaminawa ou Yaminawa, estes podem ser compreendidos como parte dos grupos indígenas Pano do Sudoeste ou Pano Meridionais, composto por povos falantes de línguas mutuamente inteligíveis que viviam nas áreas do alto Juruá, alto Purus e de seus principais afluentes. A etno-história atesta sua presença no rio Iaco desde a primeira metade do século XX. Fontes documentais dessa época indicam que esses grupos circulavam entre os rios Tarauacá, Envira e Iaco, resistindo à penetração dos seringais e às frentes de colonização. Esses registros são reforçados pelos relatos orais de famílias Jaminawa, que narram deslocamentos forçados durante o auge do extrativismo, e confirmam que já ocupavam aldeias e locais de caça e pesca no rio Iaco no início do século passado. Na memória Jaminawa há registros de que, no período do boom do caucho e da borracha, grupos que moravam no Envira, mantendo relações de aliança matrimonial e de hostilidades, fragmentaram-se devido às tensões e à violência da exploração extrativista. Com isso, diferentes grupos Jaminawa começaram a chegar ao rio Iaco ao longo da primeira metade do século XX. Suas trajetórias incluíam deslocamentos motivados por guerras e conflitos com outros grupos e pela necessidade de fugir de patrões e de vinganças. Em 1964, um relatório missionário já informava a presença de pelo menos 22 pessoas Jaminawa, chamadas "Marinaua", no Seringal Icuriã, trabalhando na extração de caucho e borracha. A chegada e fixação dos Jaminawa na região do Iaco ocorreu no contexto de trabalho forçado nos seringais, especialmente nas terras do Seringal Petrópolis (mais tarde, Fazenda Brasil). O trabalho extrativista imposto no tempo dos seringais comprometeu as formas tradicionais de vida indígena, que só puderam ser retomadas após a saída dos antigos patrões, quando as famílias se reagruparam nos seus territórios, retomando suas práticas próprias de roçado e relação com a floresta e os rios. Parte dessas famílias migrou para a Terra Indígena Mamoadate, enquanto outras permaneceram no rio Iaco, próximas a seus locais históricos, e hoje lutam pelo reconhecimento da Terra Indígena Riozinho do Iaco, a fim de garantir autonomia e proteção contra novas invasões.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

A Terra Indígena Riozinho do Iaco conta com uma população de 255 pessoas, distribuídas em sete aldeias, sendo três aldeias manxineru, Mulateiro (55 pessoas), Santa Rosa (82 pessoas) e Vida na Floresta (30 pessoas); e quatro aldeias Jaminawa, Cafarnaum (9 pessoas), Boca do Riozinho (24 pessoas), Guajará (34 pessoas) e Boca do Ouro (21 pessoas) - dados de 2023. Há uma ocupação tradicional, permanente e contínua dos Manxineru na região sob estudo, na bacia do alto rio Iaco, afluente do rio Purus, desde antes do século XIX até hoje. Apesar da ocorrência de deslocamentos e mortandades provocados pela colonização, há uma notável continuidade da presença e da ocupação dos Manxineru nas margens do alto rio Iaco e em seus principais igarapés afluentes, uma região em que sempre viveram, e à qual, especialmente desde a década de 1940, vieram habitar também grupos Jaminawa, em função de um movimento de diáspora causado pelas violentas frentes de colonização. Esses povos foram encontrados pelo próprio órgão indigenista na região sob estudo na década de 1970, onde trabalhavam em condições de grande exploração nos seringais dos patrões brancos que haviam comprado ou arrendado as colocações que compunham o antigo Seringal Guanabara e outros seringais rio abaixo. Apesar da transferência de algumas famílias manxineru e Jaminawa promovida pela Funai para a Terra Indígena Mamoadate, rompendo as relações de servidão com os seringais, os Manxineru e Jaminawa que hoje reivindicam o reconhecimento de sua ocupação tradicional através da demarcação da Terra Indígena Riozinho do Iaco preferiram continuar morando próximo aos lugares onde sempre viveram, cultivaram seus roçados e constituíram sua convivência, demonstrando um marcado apego ao seu território de ocupação tradicional. Os critérios de ocupação territorial dos Manxineru e Jaminawa e escolha dos locais de moradia atendem a diferentes fatores, em especial à disponibilidade de água potável e aspectos relevantes da paisagem - há uma predileção por lugares altos, à salvo de alagações, e com locais planos o suficiente para a construção de casas. A disponibilidade de recursos ambientais relevantes (fontes de palha para a cobertura das casas, madeira para a construção, proximidade a boas áreas para a colocação de roçados, abundância de caça ou de peixes, etc.) também é critério determinante para a escolha dos locais de moradia. As aldeias são sempre locais que foram "abertos" por alguém em particular, e os moradores de cada lugar sempre se lembram de quem "abriu" (isto é, derrubou e brocou a mata, para depois construir as primeiras casas) cada um dos lugares habitados. É bastante comum que um casal sênior abra um local de moradia, e seja acompanhado por filhos, filhas e as respectivas famílias. Já o modo como as aldeias são organizadas e distribuídas no território tem estreita relação com concepções de parentesco e organização social. No caso dos Jaminawa, as quatro aldeias formam uma rede, e, sob certo aspecto, conformam o espalhamento de uma parentela estendida, que hora se expande, hora se retrai. Essa parentela, que ocupou por um tempo a colocação Asa Branca, vindo morar depois no antigo Guajará, é a origem das principais famílias que hoje formam as aldeias Jaminawa da Terra Indígena Riozinho do Iaco. O Guajará é uma área de aproximadamente 600 hectares doada pelo Inca aos Jaminawa no início dos anos 1980, que se tornou um lugar de referência para os grupos Jaminawa do rio Iaco, e chegou a ser uma aldeia populosa, com mais de 70 pessoas em 1999, que deu origem às outras. As aldeias atuais são formadas geralmente por um grupo de parentes (filhos, genros e netos) que se estrutura ao redor de um casal sênior. Diferentemente dos Manxineru, os Jaminawa adotam um estilo de vida de maior mobilidade, mas as aldeias não são abandonadas por isso: sempre ficam ali pessoas vivendo e cuidando do lugar e das casas, que permanecem como locais de referência. Os Jaminawa da TI Riozinho do Iaco têm sua história ligada a um padrão de mobilidade que foi motivada pela violência dos patrões e pelos conflitos internos. Há diferentes conceitos que se aproximam de habitação permanente permeando a organização territorial dos Manxineru e Jaminawa no território. O seringal referia-se ao sistema de exploração extrativista, especialmente durante o ciclo da borracha, no qual o território era controlado por patrões, assim, o seringal impunha um padrão de vida de exploração, sendo que os indígenas por vezes eram tratados como escravos. As colocações, por sua vez, eram uma forma de habitação imposta pelo sistema seringalista, contrastando com o modo de vida tradicional indígena. No tempo dos patrões, as aldeias antigas haviam sido destruídas, e os indígenas foram obrigados a viver separados, com cada família sendo colocada pelo patrão em locais determinados segundo as necessidades de exploração do trabalho, inviabilizando as formas tradicionais de vida indígena. A história das famílias (tanto Manxineru quanto Jaminawa) é uma história de "idas e vindas das colocações". Por fim, o conceito de aldeia se contrapõe ao modo de vida imposto pelos seringais e colocações, representando a retomada da autonomia e do modo de vida tradicional, promovendo um acesso mais compartilhado às áreas de floresta e de extração de recursos naturais.



III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

A forma de vida dos Manxineru e Jaminawa é concebida como intimamente vinculada ao ambiente florestal e ao ecossistema de rios e matas. As atividades produtivas refletem ideias sobre autonomia, capacidades produtivas de gênero e o conceito de viver bem com fartura. A pesca é uma atividade executada com frequência quase cotidiana, sendo mais bem-sucedida durante a época de estiagem (verão amazônico). As principais áreas de pesca utilizadas pelos Jaminawa e pelos Manxineru são o Rio Iaco, o Riozinho e seus igarapés. Embora seja um território com abundância de peixes, é unânime a percepção dos indígenas da Terra Indígena Riozinho do Iaco sobre a diminuição na quantidade de peixes ao longo do tempo. Eles associam essa diminuição aos impactos causados por atividades no entorno da TI, como o desmatamento para o cultivo de capim e instalação de pastos, a retirada de madeira, e outras causas de assoreamento. Os recursos da floresta são essenciais para a construção, alimentação, confecção de artefatos e uso medicinal/ritualístico. As principais madeiras utilizadas para construção das casas são encontradas em áreas de terra firme e de restinga. Tanto os Manxineru quanto os Jaminawa constroem as suas casas atualmente utilizando-se principalmente de madeira serrada. As principais espécies de madeiras utilizadas para a construção das casas são a maçaranduba, a cerejeira, a entaúba, o amarelão, a aquariquara, o jatobá, a jacareúba, a catuaba ou o jité. Também é comum o aproveitamento da madeira encontrada nas áreas onde se vai abrir um roçado novo. Os cipós fazem parte dos grupos de plantas que possuem grande importância para a cultura manxineru e jaminawa. Esse grupo compreende os grandes cipós lenhosos que atingem a copa da floresta, e vegetais epífitas, cujas raízes recaem, como o cipó timbó, o titica e a ayahuasca. Os dois primeiros fornecem fibras que são utilizadas na confecção de artesanatos e utensílios de uso cotidiano. Entre as frutas mais apreciadas pelas famílias, as mais citadas foram a cagassa, a pama, a cajarana, o cajá, o bacuri, o jatobá, o jutuá, o cajuzinho, a mão de onça, o cacau, o mamãozinho, o inhá, o ingá e o jenipapo, que é consumido in natura, usado para fazer vinho e usado para pintura corporal. A caça, outro tema central para o modo de vida dos Manxineru e Jaminawa, é uma função masculina, vista como cansativa e perigosa, mas realizada com orgulho, alegria e divertimento. É um momento crucial de aprendizado e formação dos homens da aldeia, ocasião privilegiada para a composição e transmissão de um conhecimento extensivo e refinado do território. Caçadores experientes conhecem bem as matas circundantes em raios de 20 a 30 km. Entre os Manxineru, há uma forte valorização da atividade, pois empreendem longas excursões de caça (de dormida) com cachorros. Os Jaminawa, por seu turno, preferem caçar "a ponto" (sem cachorro) e organizam caçadas mais curtas. A caça e o peixe são entregues às mulheres, que distribuem a proteína entre os parentes consanguíneos próximos que vivem no casario, sendo um veículo de relações de compartilhamento e nutrição. O compartilhamento da carne é um sinal de civilidade e cultura. As atividades produtivas, em especial a caça e a pesca, são essenciais na composição dos vínculos sociais nas aldeias e estão estritamente vinculadas às formas tradicionais de ocupação do território. O espaço da floresta e dos rios são mais associados aos seres extra-humanos, sendo contrastado pelos Manxineru e Jaminawa aos espaços da aldeia e dos roçados, que são tidos como espaços mais familiares, objeto de um cuidado e de uma manipulação mais constante. Os roçados têm, tanto entre os Manxineru quanto entre os Jaminawa, um papel fundamental na organização familiar, na dieta e na conceituação do espaço. A agricultura não é vista como uma imitação da floresta, mas como espaço que se constitui diferenciando-se dela. O método utilizado é a tradicional prática da coivara. Os roçados são considerados de posse do casal que os cultiva. As antigas capoeiras (roçados abandonados) permanecem como inscrições da memória na geografia, confundindo-se com a história e o parentesco das famílias. As mulheres, por serem as responsáveis pelo preparo alimentar, são as detentoras de um conhecimento detalhado das espécies consumidas, além de serem elas as guardiãs privilegiadas dos conhecimentos relativos à agrobiodiversidade. A produção dos roçados visa principalmente a subsistência e a diversidade de cultivares é um sinal de excelência moral. A base da alimentação é composta por carne/peixe e macaxeira/arroz cozidos. A macaxeira (mandioca) é o "grande cultivo" manxineru e serve de paradigma para o plantio de outros cultivos, cujo excedente pode ser comercializado.

IV - MEIO AMBIENTE

A rede hidrográfica da Terra Indígena Riozinho do Iaco é formada principalmente pela relação entre dois rios principais: o igarapé Riozinho e o rio Iaco (afluente da margem direita do curso superior do Rio Purus). As áreas imprescindíveis para a reprodução física e cultural dos Manxineru e Jaminawa que habitam este território vão desde o rio Iaco, adentrando pela foz de seus afluentes Riozinho e Triunfo, até suas cabeceiras. O Riozinho vai da porção oeste à área sudeste da delimitação proposta, enquanto o igarapé Triunfo vai da porção sudeste para porção norte, em direção ao rio Macauã. O rio Macauã delimita a porção norte da terra indígena, e corre praticamente em paralelo ao rio Iaco, que delimita a sua porção sul. O Riozinho tem sua nascente no extremo sudeste das áreas que formam o Parque Estadual Chandless. O rio Iaco e seus afluentes são fontes riquíssimas de alimentos com abundância de peixes, jacarés e tracajás (principalmente os ovos) que são importantíssimos na dieta indígena, especialmente no verão. A disponibilidade desses recursos é crucial para a reprodução física e cultural dessas populações. A diversidade da fauna é crucial para os dois povos. A área possui alta diversidade faunística, incluindo espécies raras e ameaçadas de extinção. Entre as espécies cruciais estão o queixada e a anta, que são de importância fundamental para a dieta e para a cultura dos indígenas. Ambas são consideradas "engenheiros ambientais" por serem frugívoras e dispersoras de sementes, dependendo de grandes áreas de floresta e alta disponibilidade de água, o que reforça a necessidade de manutenção de vastas áreas de refúgio. Desta forma, as áreas imprescindíveis para a reprodução física e cultural que podem assegurar as condições mínimas e suficientes para a reprodução física e cultural dos Manxineru e Jaminawa, segundo seus usos, costumes e tradições foram mapeadas em nove categorias, todas igualmente importantes: 1. Áreas de Moradia e Uso Cotidiano: incluem aldeias, roçados, espaços coletivos (escola, campo de futebol) e locais de criação de animais. As antigas capoeiras ou roçados velhos também são tomadas como áreas imprescindíveis. 2. Áreas de Extrativismo e Caça Cotidiana: áreas constantemente frequentadas para obtenção de proteína (caça e peixe) e coleta de palha (ouricuri, jarina) e madeira para uso cotidiano. 3. Áreas de Pesca e Coleta de Ovos de Tracajá: margens e praias formadas principalmente pelo Riozinho, utilizadas para pesca (linha, tarrafa, mergulho) e coleta de ovos de tracajá entre junho e agosto. 4. Áreas Frequentadas para Caça, Pesca e Extrativismo Vegetal: são aqueles locais de longas excursões (acampamentos temporários) para caça de animais de grande porte (veados, antas, queixadas, macacos-preto) e para a retirada de madeira de lei específica (como jacareúba e cedro) para a construção de canoas. 5. Áreas Próximas à Margem Esquerda do Rio Iaco e TI Mamoadate: são os lugares historicamente habitados por parentes antigos, que não podem ser desconsiderados pois trariam ameaças à integridade e ao usufruto exclusivo, mesmo que sejam apenas utilizadas esporadicamente (especialmente poços de pesca). 6. Área Fundamental de Preservação da Fauna (Refúgio), Recursos Hídricos e Ecossistemas: engloba o curso superior do Riozinho e de seus principais formadores. É uma área de suma importância para a preservação das águas e dos recursos pesqueiros do Riozinho e do Iaco, atuando como um corredor de conectividade florestal. 7. Área com Muito Alta Prioridade para a Conservação: localizada no centro-leste, é fundamental para a preservação dos recursos naturais e possui subsídios de gestão territorial. 8. Área de Importância Histórica e Estratégica para Proteção Territorial: a porção norte da TI, limite com a Resex Cazumbá-Iracema e as Flonas Macauã e São Francisco. São historicamente habitadas por antigos parentes e garante a conectividade florestal. 9. Área de Proteção de Indígenas em Isolamento Voluntário: o extremo oeste da área está nas rotas prováveis de deslocamento de indígenas em isolamento voluntário Mashco Piro, sendo fator fundamental para a preservação e diversidade de espécies, além de garantir a reprodução física e cultural dos povos em isolamento voluntário. As principais ameaças ao território são a pressão crescente de extração de madeira (legal e ilegal) na região transfronteiriça (Brasil-Peru-Bolívia), intensificada pela construção da Estrada do Pacífico (IRSA). Outro problema levantado é o desmatamento e a agropecuária, sendo que a abertura de pastagens é a principal causa do acelerado desmatamento no entorno, inclusive na Resex Chico Mendes.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

No ano de 2023, a população total da Terra Indígena era de 255 pessoas. Os dados demográficos indicam que a população apresenta um perfil jovem e em crescimento. A taxa de natalidade é calculada em 0,07 crianças por habitante (com 18 crianças com até um ano para 255 habitantes em 2023). E a taxa de fecundidade encontrada foi de 0,3 filhos por mulheres de 15 a 49 anos. Por outro lado, a mortalidade anual foi de 0,0039 (cerca de um óbito por ano). Em outros termos, a pirâmide etária demonstrou que cerca de 76% da população tem até 30 anos, com mais de 50% na idade reprodutiva, o que leva à expectativa de crescimento populacional significativo nos próximos anos. Para os Manxineru e Jaminawa, a abundância de recursos alimentares, como peixe e caça, da qual depende a sua reprodução física e cultural, está relacionada à existência de locais importantes no território associados a seres espirituais ou "donos" dos animais. Assim como os roçados e os casarios são espaços nos quais são os homens e mulheres manxineru e jaminawa que são os "donos", espaços da mata e dos rios são os espaços dos "donos dos bichos" ou dos "donos dos peixes". Locais com fartura de peixes, poços e lagos são espaços que "têm um dono", seres extra-humanos, frequentemente representados por predadores aquáticos como o jacaré-açu ou a sucuri, que zelam pelos peixes. A existência desses seres impõe cuidados e etiquetas aos pescadores, sob pena de não terem sucesso ou sofrerem acidentes graves. As áreas de "mata bruta", de vegetação não desmatada e antiga, são tidas como áreas povoadas por importantes seres não-humanos, espíritos ou donos. Tais áreas seriam habitadas por seres espirituais teriomorfos, reputados como "donos" dos espaços não-antropizados. Esses seres seriam responsáveis pela preservação e reprodução dos animais que os homens matam em suas caçadas. A disponibilidade das espécies predadas pelos caçadores depende da existência desses espaços pouco ou nada antropizados. Um caso exemplar são as matas que estão relativamente próximas à antiga localidade da aldeia Guajará, perto do lote doado aos Jaminawa pelo Incra em 1983. Os Jaminawa afirmam que no interior dessas matas, acima das cabeceiras do igarapé Triunfo, vive um "bicho" que espanta caçadores incautos ou descuidados. As cabeceiras do Riozinho também são reconhecidas como moradia de "bichos-fera" (como se diz no português regional): cobras sucuri, jacarés e onças de tamanho notável que são ditos donos de poços, lagos ou espaços na floresta. A fartura em peixe e caça dessas áreas pouco frequentadas pelos homens é explicada pela presença desses "donos" dos espaços longínquos. A existência desses seres e de seus espaços, como a existência da mata bruta ou das capoeiras antigas que darão lugar a novos roçados, é condição para a reprodução física e cultural dos Jaminawa e Manxineru.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O levantamento fundiário de ocupações não indígenas incidentes na área delimitada seguiu as diretrizes estabelecidas no artigo 231 da Constituição Federal, Decreto n.º 1.775/1996, Portarias MJ n.º 14/1996 e n.º 2.498/2011 e Lei n.º 14.701/2023. O trabalho envolveu a análise dos aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais, a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas em campo pelo Grupo Técnico (GT) instituído pela Portaria Funai n.º 1.245/2024 e alterada pela Portaria de Pessoal Funai n.º 57, de 27 de janeiro de 2025. Foram realizadas reuniões técnicas da Funai os membros do Grupo Técnico (GT) e representantes dos entes federativos envolvidos. Um aspecto central a ser considerado na análise fundiária da Terra Indígena Riozinho do Iaco é a ausência de glebas formalmente arrecadadas ou criadas pelo Estado dentro do perímetro em estudo, presumindo que a área constitui terra pública da União. A ausência de destinação formal facilita, em tese, a consolidação jurídica da Terra Indígena Riozinho do Iaco, uma vez que não há outros usos públicos legalmente instituídos que colidam com a reivindicação indígena. Outro ponto relevante diz respeito à sobreposição de registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) vinculados à família Munhoz, que incidem sobre mais de 90% da área da Terra Indígena em estudo. A busca cartorial realizada até o momento evidenciou a situação fundiária de antigos seringais incidentes sobre a área de estudo, notadamente os Seringais Palmira, Katianã e Guanabara. Embora este último não conste nas bases do Sigef, as diligências indicam que sua área foi desmembrada em pequenos lotes, sendo aproximadamente 98% da antiga extensão ocupada pela família Munhoz, que figura como proprietária da maior parte das matrículas oriundas da referida subdivisão. Trata-se de um conflito já judicializado, no qual a família reivindica a posse da área, em oposição à demarcação conduzida pela Funai. Além disso, durante a coleta de dados em campo, foram identificadas 15 ocupações não indígenas dentro do perímetro da terra em estudo. A maioria desses imóveis apresenta ocupação permanente, com residências fixas e vínculos estáveis com o território. A situação fundiária predominante é a posse, seguida por apenas um caso de usufruto. As moradias estão majoritariamente associadas a atividades de subsistência, como agricultura, extrativismo e pesca. As ocupações não indígenas registradas na área não apresentam, até o presente momento, documentos que comprovem propriedade formal. Tratam-se, em sua maioria, de situações de posse, arrendamentos informais ou registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR), os quais, por sua natureza, não conferem direito real sobre a terra, tampouco se sobrepõem aos procedimentos de demarcação, conforme estabelece a Constituição Federal. Todo esse processo vem sendo conduzido com atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurando que todas as partes tenham espaço para se manifestar, conforme estabelece a legislação. A seguir o quadro de imóveis e de ocupantes não-indígenas identificados no perímetro da terra indígena.

N.	Nome do Ocupante	CPF/RG/CNPJ	Nome do Imóvel
01	Antônio Monteiro de Souza	1052***-4 PC-AC (RG)	Triunfo
02	Davi Nascimento Pereira	016.***.462-60	Colônia Vieira Lima
03	Clévio de Araújo Barbosa	Sem informação	Colônia Santa Luzia
04	Mariane Vileme de Araújo	006.***.492-97	Colônia Santa Luzia 3
05	Antônio José da Silva	891.***.102-10	Colônia São Rafael
06	Joel de Souza Rodrigues	002.***.212-50	Colônia São Pedro
07	Francisco Rodrigues da Silva	829.***.002-63	Colônia Santa Maria
08	Wilson Nascimento da Silva	Sem informação	Colônia Carrapicho
09	Eduardo	Sem informação	Colônia Carrapicho 2
10	Raimundo	Sem informação	Colônia Carrapicho
11	Nonato Pereira Rodrigues	891.***.362-87	Colônia Brasil
12	Leandro da Silva Rodrigues	Sem informação	Colônia Matadouro
13	Alielison	Sem informação	Sem informação
14	José Francisco Barros Barbosa	Sem informação	Colônia Santa Luzia
15	Bruno Araújo	Sem informação	Colônia Santa Luzia
16	Marcia Mendonça da Cunha	891.***.282-68	COLOCAÇÃO SÃO RAFAEL
17	Antonio Reatequim Filho	837***.492-72	COLÔNIA CORDILHEIRA
18	Iana Hoebel Munhoz	009***.859-75	Lote 23
19	Fenando de Oliveira Munhoz	075***.199-49	Lote 32-A
20	Fernando de Oliveira Munhoz	075***.199-49	Lote 32
21	Iana Hoebel Munhoz	009***.859-75	Lote 27
22	Iana Hoebel Munhoz	009***.859-75	Lote 25
23	Iana Hoebel Munhoz	009***.859-75	Lote 24
24	Iana Hoebel Munhoz	009***.859-75	Lote 26
25	Fernando de Oliveira Munhoz	075***.199-49	Lote 29
26	Fernando de Oliveira Munhoz	075***.199-49	Lote 31
27	Fernando de Oliveira Munhoz	075***.199-49	Lote 30
28	Fernanda Hoebel Munhoz	009***.879-19	Lote 34
29	Fernanda Hoebel Munhoz	009***.879-19	Lote 33
30	Fernando de Oliveira Munhoz	075***.199-49	Lote 36
31	Iana Hoebel Munhoz	009***.859-75	Lote 15-C
32	Fernando de Oliveira Munhoz	075***.199-49	Lote 43
33	Fernando de Oliveira Munhoz	075***.199-49	Lote 38



